

# Infraestrutura e representação política

Rubens Penha Cysne

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

Um mínimo de observação da cena brasileira atual mostra que a alocação de uma unidade monetária em vários setores da economia tem um elevadíssimo retorno social. Isto vale tanto para investimentos com base em recursos externos ao país quanto para investidores nacionais.

Tomemos, por exemplo, saneamento e transporte ferroviário. Saneamento pode prover substancial melhora na saúde pública. Transporte ferroviário, um apreciável ganho de tempo e ganho ambiental.

Se alguns setores apresentam altíssimos retornos sociais, por que não se observam investimentos privados e públicos compatíveis? Afinal, os recursos não correm atrás dos retornos?

Não se observam investimentos públicos suficientes porque há atualmente carência de recursos orçamentários. E, privados, nacionais ou internacionais, porque o ambiente econômico e a falta de planejamento e regulação adequados estabelecem uma grande cunha entre o retorno social e o retorno esperado percebido pelo investidor.

Há um segundo ponto específico na explicação do sofrível atendimento da população brasileira em termos de infraestrutura: a representação política inadequada. O elo perdido entre os políticos e seus representados. A falta

de identificação entre eleitor e eleito.

Em uma democracia indireta organizada, os candidatos a representantes políticos competem por votos. São devidamente identificados pelos eleitores e precisam prover em troca, em particular, investimentos que de fato majoram o bem-estar de seus representados.

Essa competição pela representação política de um grupo provendo o bem ou serviço que melhor atende ao seu bem-estar, obtendo em troca votos e suporte político, faz parte do jogo democrático legítimo.

No Brasil, entretanto, sabe-se que o sistema de representação política não gera esta troca canônica. É disfuncional. Muitas vezes vota-se em um representante e elege-se outro. Não há clara identificação entre ideias e partidos. Nem entre eleitores e eleitos. As recentes medidas de introdução de cláusulas de barreira e a proibição de financiamento eleitoral por empresas tendem a melhorar o problema. Mas estão longe de resolvê-lo de todo.

Os incentivos existentes fazem a preocupação do político migrar da troca democrática legítima para a troca de insumos com os quais ele tenta garantir a reedição do seu mandato. Sai a troca de votos por bem-estar. Entra muitas vezes apenas a troca de verbas de campanha (recebidas pelo

sistema político) por liberação de verbas públicas para obras. Observe-se que esse ponto prescinde da hipótese de possíveis malversações de recursos, ponto que não abordamos aqui.

O processo passa a desconsiderar as estatísticas de colheita e a concentrar-se em estatísticas de plantio. Ainda pior, plantio em território pouco fértil, posto que para o político verba de campanha não é voto. E que obras decididas pela facilidade com que se liberam verbas federais não são necessariamente aquelas que majoram o bem-estar da população.

Interesses centrados majoritariamente na liberação de recursos federais obviamente reduzem o horizonte de planejamento político, priorizando obras de curto prazo e curto alcance. E fragmentam a alocação de verbas, tendo em vista que boa parte dos recursos passa a refletir emendas individuais com destinações distintas. O resultado pode ser a troca de um investimento com alto retorno por vários investimentos de retorno social duvidoso.

Se a estrutura sistêmica da representação política não for repensada corremos o risco, mesmo com a rotatividade desejada na ocupação de cargos públicos, de continuar trocando ferrovias e saneamento por estádios subutilizados e refinarias inacabadas. 